JUSTIFICAÇÃO

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais encontra-se a possibilidade de acesso a documentos judiciais e extrajudiciais que compõem conjunto probatório da investigação em curso. Neste sentido, é fundamental para os trabalhos desta comissão o acesso aos termos do acordo de leniência da construtora Andrade Gutierrez junto ao Ministério Público Federal (MPF).

O termo de leniência celebrado pela Andrade Gutierrez com o Ministério Público Federal (MPF), no valor de R\$ 1 bilhão, foi homologado pela 13ª Vara da Justiça Federal em 2016. Posteriormente, o acordo fora ampliado no âmbito da Controladoria Geral da União (CGU).

É importante destacar que a Andrade Gutierrez é o 33º maior cliente do BNDES, com R\$ 5,3 bilhões de financiamento aprovado no banco, entre eles para exportação do serviço de construção civil, como a construção de um corredor rodoviário em Gana, uma obra financiada em US\$ 202,1 milhões. A Andrade Gutierrez é, portanto, recebedora do tipo de financiamento que esta CPI se debruça.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2019.

Deputado **JORGE SOLLA**